

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo fará reforma no setor mineral para atrair investimentos.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Nova safra de cana-de-açúcar derruba preço do etanol na usina.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Estímulo ao setor de petróleo	5
Título: Subsídio para gás de cozinha será reduzido e preço deve subir	6
Título: Garimpo terá mais rejeitos que Mariana.....	8
Título: Após 12 anos, Justiça abre ação penal do caso Furnas	10
Título: TPG faz oferta de R\$ 1 bi para ficar com ativos da Abengoa.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Mais rejeitos no Xingu que em Mariana	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Curtas	13
Título: Curtas	13
Título: Acordo sobre caixa da Musa trouxe conforto financeiro para Usiminas	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Governo fará reforma no setor mineral para atrair investimentos**

Conjunto de dez medidas prevê aumento dos royalties de minério de ferro

O Brasil dará início, até o mês que vem, a um conjunto de reformas de mineração, a fim de elevar o ritmo de investimentos do setor. A proposta começa pela retirada do Congresso Nacional de um projeto de lei enviado pelo governo anterior em 2012, considerado intervencionista, que freou principalmente as pesquisas de novas jazidas.

Ao todo, dez medidas serão implementadas nos próximos meses para que a participação da atividade mineradora na economia brasileira suba de 4% para 6% do Produto Interno Bruto (PIB), aproveitando a retomada de preços no ambiente internacional.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, detalhou ao GLOBO as medidas durante participação na maior feira mundial de mineração em Toronto, Canadá, organizada pela Associação Canadense de Exploradores e Mineradores (PDAC, na sigla em inglês). — Apostamos nessa força reprimida, na potencialidade de criar empregos, renda, oportunidades e riqueza com a mineração — disse Coelho Filho.

NOVA AGÊNCIA REGULADORA

Entre as medidas em discussão está o envio de uma medida provisória ao Congresso para transformar o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em uma agência reguladora, com cerca de 50% mais servidores do que hoje. Eles ficarão encarregados de cuidar de um estoque de licenças em análise e acelerar processos, além de fiscalizar a atividade, que demanda mais controles após o desastre ambiental de Mariana (MG).

O governo também debaterá no Congresso uma nova lei para rever a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o royalty do setor. As alíquotas, em geral, subirão. A maior, do minério de ferro, passará de 2% para uma variação conforme o preço do mercado, podendo chegar a 4%. Mas outros setores serão incentivados, como o de fertilizantes, cujas alíquotas recuarão de 3% para 2%.

Um decreto também será editado com reformas normativas do setor, para acelerar análises e prever a possibilidade de se obter outorgas de pesquisa pela internet. O governo quer anunciar em breve esse conjunto de medidas, provisoriamente chamado de Programa de Revitalização da Indústria Mineral.

O pacote também vai prever atividade exploratória em regiões onde hoje ela não pode ocorrer, como nas faixas de fronteira por parte de empresas estrangeiras e na Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). Criada em 1984, essa reserva entre Pará e Amapá é comparável a Carajás por sua potencialidade, embora seu minério mais atraente seja o ouro.

O pacote incluirá a oferta de áreas disponíveis para pesquisa no DNPM e para exploração no Serviço Geológico Brasileiro (CPRM). Ambas as ofertas podem resultar em arrecadação para o Tesouro Nacional, embora as autoridades deixem claro que a meta maior seja estimular a atividade e movimentar a economia.

DEZ MIL ÁREAS DISPONÍVEIS

Há dez mil áreas disponíveis que o DNPM poderá oferecer ao mercado, explicou Vicente Lobo, secretário de Geologia e Mineração do MME. Essas áreas foram abandonadas, mas pesquisas podem comprovar sua atratividade. O governo pretende leiloar mil áreas no segundo semestre.

São discutidos ainda incentivos fiscais para atividades de mineração, mas não há uma definição final, principalmente com a área econômica do governo. Uma das possibilidades discutidas é incentivar a produção em minas que foram abandonadas, com uma redução pontual dos royalties ali cobrados. Para Onildo Marini, secretário executivo da Agência de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb), a mineração está entrando em nova fase, na expectativa de que o governo reduza os gargalos da atividade.

A maior atenção do governo ao setor tem apoio da Fazenda e da Casa Civil, pela percepção de que a atividade, apesar de questionamentos ambientais, pode levar maior desenvolvimento às regiões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Nova safra de cana-de-açúcar derruba preço do etanol na usina

A safra 2013/2014 foi mais alcooleira e produziu mais em função dos investimentos agrícolas dos últimos dois anos. A próxima safra, 2014/2015, deve

repetir os números da safra atual por causa da impossibilidade de crescimento. Período atual, de chuvas, favorece o crescimento da cana.

Aos poucos, o etanol hidratado volta a ganhar competitividade em relação à gasolina no Estado de São Paulo. Após a disparada no último trimestre do ano passado, os preços atuais já são 18% inferiores aos daquele período.

A aceleração nos valores do álcool no final da safra 2016/17, puxada pela preferência das indústrias na produção de açúcar -mais rentável-, fez o combustível perder competitividade e espaço para a gasolina.

Com a chegada da entressafra, o litro de etanol hidratado foi negociado a R\$ 1,91 na usina no final de outubro. Na semana passada, o valor era de R\$ 1,57, com queda de 18% no período. Já o anidro, que atingiu R\$ 2,11 em novembro, esteve a R\$ 1,67 na semana passada -21% menos-, aponta o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Os preços caem na porta das usinas devido à chegada da nova safra, a 2017/18, que se inicia em abril próximo.

As indústrias que ainda têm etanol aumentaram a oferta no mercado para não carregar esses estoques para o próximo mês, quando a oferta de produto aumenta.

Antonio de Padua Rodrigues, diretor da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) alerta, no entanto, para o fato de que a queda de preços do etanol nas usinas ainda não chega ao consumidor.

A R\$ 1,5662 por litro, o etanol hidratado deveria estar com percentual de 67% do preço da gasolina, mas está a 75% em São Paulo.

Pesquisas indicam que, quando o etanol fica com margem de 70% ou menos em relação à gasolina, é vantagem para o consumidor a utilização do derivado de cana nos carros com motor flex.

Parte da queda dos preços nas usinas ainda está embutida nas margens de distribuidoras e de postos, segundo Padua. A redução no volume vendido de combustíveis provoca a manutenção de margens maiores.

Mas, em algumas cidades do Estado, já há transferência da queda de preços das usinas para o consumidor. Ribeirão Preto é uma delas, segundo o diretor da Unica.

O etanol já tem preços mais competitivos do que a gasolina desde a semana retrasada nessa cidade. Na semana passada, pelo menos mais uma dezena de outras cidades entraram na lista.

A safra 2016/17, que se encerra neste mês, terá uma moagem de 605 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: Estímulo ao setor de petróleo

Com a redução de cerca de metade das exigências de conteúdo local para a contratação de equipamentos utilizados pela indústria de petróleo na exploração de novas áreas no País, o governo Michel Temer dá mais um passo para estimular os investimentos. A gestão lulopetista havia imposto à atividade de exploração e produção de petróleo – sobretudo na área do pré-sal, considerada uma das mais promissoras do mundo pelas empresas do setor – regras de nítida inspiração nacionalista e estatizante que não estimularam a geração de emprego no País nas proporções prometidas, mas comprometeram a capacidade financeira e operacional da Petrobrás, afugentaram os principais operadores internacionais do setor e retardaram os investimentos. Os obstáculos ao crescimento saudável da indústria de petróleo no País criados pelos governos do PT vão sendo removidos pela administração Temer.

A nova metodologia de cálculo de exigência de conteúdo local, que resultou de discussões entre o governo e a indústria, permitirá a redução média de 50% em relação às regras que vigoraram até agora e foram definidas pelo governo Dilma Rousseff. Para a presidente afastada, a exigência de conteúdo local nos equipamentos utilizados pela indústria do petróleo deveria ser rigorosamente cumprida. Mas essa exigência, notoriamente excessiva, prejudicava as empresas do setor porque a indústria nacional não tem condições de atender plenamente à demanda nas especificações, no ritmo e no volume exigidos pelos projetos do setor. Obrigadas, por isso, a contratar no exterior o que não conseguiam obter no mercado interno, essas empresas, inclusive a Petrobrás, estavam sujeitas a pesadas multas impostas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em vez do complicado sistema de cálculos atual, que envolve cerca de 90 itens e cria um emaranhado de obrigações, além da necessidade de contratação de empresas para comprovar o cumprimento das exigências, a nova regra se baseia em seis índices. Para os blocos em terra, são dois índices globais, um para a fase de exportação e outro para a de desenvolvimento. Para os blocos em alto-mar,

haverá um índice para a etapa de exploração; na de desenvolvimento haverá outros índices específicos, para a construção de poços, para os sistemas de coleta e escoamento e para as plataformas.

A explicação para a mudança, quase óbvia, foi sintetizada pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho: "Entendemos que, melhor que porcentual alto, inexecutável, é um porcentual baixo que todos possam atingir". Mas, tolhida pela ideologia nacionalista- estatizante, a gestão lulopetista era incapaz de ver essa obviedade.

A nova regra, que não depende de aprovação do Congresso, valerá para as próximas licitações, a primeira das quais é a 14.^a rodada de petróleo e gás, prevista para setembro, com a oferta de 291 blocos pelo regime de concessão. No fim do ano deverá ser realizado o terceiro leilão do pré-sal, pelo regime de partilha. O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis considera que as medidas vão "colaborar para destravar os investimentos, gerar empregos estimular maior competição" nas novas licitações.

A primeira grande mudança na retrógrada política do PT para o setor de petróleo ocorreu em outubro do ano passado, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, e a sanção, pelo Executivo, do projeto que desobriga a Petrobrás de ser a operadora exclusiva de todos os blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha, com participação mínima de 30% no consórcio empresarial formado para essas atividades.

Saqueada durante a gestão lulopetista para financiar ilegalmente atividades partidárias e enriquecer agentes públicos e privados e submetida a uma gestão de nítida inspiração político- ideológica, a Petrobrás perdeu capacidade financeira e operacional, além de eficiência. Agora, sem o ônus do regime estatizante que lhe havia sido imposto pelo PT, busca recuperar o que lhe foi sugado nos últimos anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Subsídio para gás de cozinha será reduzido e preço deve subir

De 2013 a 2016, a média do aumento do preço do gás por revendas foi de 89%, enquanto Petrobrás fez reajustes de 16,4%

O preço do gás de cozinha vai subir. A Petrobrás, dona de praticamente 100% do abastecimento do insumo no mercado nacional, prepara um reajuste que poderá

ter impacto no preço final do botijão de gás, produto presente em 59,5 milhões de residências, ou 96% do total de famílias do País.

O Estado apurou que a estatal trabalha nos cálculos finais para definir o aumento no preço do chamado gás liquefeito de petróleo (GLP), o popular gás de cozinha, vendido em botijões de 13 quilos. O entendimento é de que, após vários anos de uma política de subsídio que manteve o preço do gás da estatal sem aumento, o mercado acabou fazendo seus reajustes por conta própria, impactando o consumidor final.

Subsídio . O histórico dos reajustes mostra que, entre 2003 e 2016, o preço final do gás cobrado pelas revendedoras acumulou reajuste médio de 89%, saltando de R\$ 29,35 para R\$ 55,60 o botijão. Neste mesmo período, o aumento realizado pela estatal foi de apenas 16,4%. Foram 12 anos sem nenhum reajuste no preço do gás vendido pela Petrobrás.

Somente em 2015 é que viria o primeiro aumento pela estatal, de 15%. No mesmo ano, o aumento repassado pelas revendedoras ao consumidor chegou a 22,6%. No ano passado, a estatal fez um novo aumento, de 1,4%, ante 2,1% feito pelo mercado. Questionada sobre o assunto, a Petrobrás informou que não iria comentar.

A avaliação de técnicos da empresa é de que é necessário recuperar ao menos uma parte do preço, em razão da defasagem acumulada nos últimos anos, não apenas com a inflação, mas do próprio valor praticado pelo mercado.

No fim de 2016, a Petrobrás já tinha reajustado em 12,3% o GLP destinado aos usos industrial, comercial e granel às distribuidoras, mas não mexeu no preço para o consumidor doméstico. Na mesma época, a estatal aumentou o preço do diesel nas refinarias em 9,5%, em média, e da gasolina em 8,1%.

Lucros. Para cada botijão de gás vendido no País, cerca 24% do valor cobrado fica com a Petrobrás. Distribuidoras e revendas retêm uma fatia média de 57%. Outros 15% são consumidos com ICMS e 4% com PIS e Cofins, segundo dados da estatal.

De acordo com dados da empresa Preço do Gás, que divulga valores do botijão praticados em todo o País, a variação atual de preços do gás de cozinha chega a mais de 78%, entre R\$ 44,90 e R\$ 80, na entrega ao cliente.

Os dados se baseiam em informações de mais de 400 revendedores cadastrados. O valor mais barato foi encontrado no Espírito Santo, enquanto o mais caro é cobrado no Mato Grosso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Garimpo terá mais rejeitos que Mariana**

Exploração de ouro perto de Belo Monte vai acumular nas margens do Rio Xingu resíduos mais agressivos que os da barragem de Fundão

O projeto de mineração de ouro que a empresa canadense Belo Sun pretende operar nas bordas da barragem de Belo Monte, hidrelétrica em construção no Rio Xingu, no Pará, vai produzir um volume de rejeitos superior àquele que vazou no rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Em novembro de 2015, o vazamento de 32 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro foi a maior catástrofe ambiental do País.

O projeto da Belo Sun, previsto para extrair ouro a uma distância entre 10 e 15 quilômetros da barragem que forma o lago da hidrelétrica, prevê o acúmulo de até 35,43 milhões de metros cúbicos de rejeitos. O empreendimento, cujos estudos ambientais classificam como de “alto risco” a possibilidade de “rompimento da barragem de rejeitos”, vai guardar nas margens do Xingu pilhas de estéréis químicos bem mais agressivos que aqueles retirados da mineração de ferro.

A mineração de ouro da Belo Sun, que hoje está suspensa por liminar judicial por conta de problemas fundiários na área, será feita com o uso de dinamites e abertura de “cavas”. Por causa da proximidade com a barragem, a concessionária Norte Energia, dona de Belo Monte, afirmou em 2015 que havia necessidade de avaliar “potenciais aspectos sinérgicos” que poderiam surgir da operação conjunta da usina e da mineração.

Entre os itens destacados pela empresa, conforme nota técnica do Ibama de julho de 2015, estava a necessidade de avaliar o “potencial de sobrecarga socioambiental” na região e, principalmente, a “sismicidade, devido ao uso de explosivos durante o tempo de exploração da mina”. No início deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará enviou questionamentos ao Ibama para saber se o órgão tem acompanhado esses estudos.

Na resposta enviada ao MPF no dia 31 de janeiro, à qual o Estado teve acesso, o Ibama deixa claro que não tem ideia do que está se passando. “Até o presente momento o Ibama não participou nem foi instado a participar de reunião técnica com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará para discutir os impactos cumulativos ou sinérgicos entre a hidrelétrica de Belo

Monte e o projeto de mineração Belo Sun”, afirmou o diretor substituto da diretoria de licenciamento do órgão, Jonatas Souza da Trindade.

Apesar de toda a pressão que o projeto da Belo Sun trará sobre uma região já impactada pelas obras da maior hidrelétrica do País, o licenciamento ambiental da mineração é responsabilidade do governo paraense. Questionada sobre os estudos de riscos de abalo sísmico nas estruturas da usina, a Norte Energia limitou-se a informar que “já declarou posição sobre esse assunto em fórum próprio e no momento adequado” e que “não vai comentar o tema na reportagem”.

Impacto. Para André Villas-Bôas, secretário executivo do Instituto Socioambiental (ISA), o projeto repete os erros de outros empreendimentos erguidos na região amazônica, ao desrespeitar o processo de licenciamento ambiental, principalmente quanto aos impactos em terras e populações indígenas. O governo do Pará ignorou parecer técnico da Funai contrário à liberação do empreendimento e deu sinal verde para a sua viabilidade.

“Novamente esses povos que são vulneráveis são deixados em uma situação de fragilidade sobre os impactos de uma obra como essa, a exemplo do que aconteceu com Belo Monte”, disse Villas-Bôas. Em nota, a Belo Sun afirmou que o estudo de avaliação das detonações “foi elaborado por um engenheiro de minas especialista neste tema” e protocolado na Semas em abril de 2013, constatando que não há risco a Belo Monte.

“O Projeto Volta Grande fica distante cerca de 15 km do barramento de Pimental da hidrelétrica. Além disso, as detonações do Projeto Volta Grande para abertura da cava de onde será retirado o minério, por exemplo, serão pontuais e controladas pelo programa de controle de ruído e vibração, previsto no licenciamento ambiental”, declarou a empresa.

A Belo Sun afirmou ainda que foi elaborado um “plano de fogo”, para que a quantidade de explosivos que será detonada fique “dentro dos limites exigidos para que não haja comprometimento de pessoas e das estruturas do próprio empreendimento”. Segundo a Belo Sun, “a possibilidade de que as vibrações geradas pelas detonações venham a comprometer a estabilidade do barramento Pimental (de Belo Monte) é praticamente nula, dada à distância e o controle que será implementado”.

A empresa informou que pretende investir R\$ 1,22 bilhão, com produção de cerca de 4,6 mil quilos de ouro por ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Mateus Coutinho****Título: Após 12 anos, Justiça abre ação penal do caso Furnas**

Juíza do Rio aceita denúncia do MP estadual e torna réus Roberto Jefferson e outros seis.

Doze anos após as primeiras denúncias do ex-deputado e presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, sobre um esquema de corrupção em Furnas, a Justiça estadual do Rio aceitou a denúncia e abriu ação penal contra o ex-parlamentar e outras seis pessoas por corrupção e lavagem de dinheiro na estatal de energia. O ex-diretor da empresa Dimas Toledo, apontado pelo Ministério Público como o responsável por organizar o esquema que teria se instaurado nos moldes do que ocorreu na Petrobrás, não foi incluído entre os réus, pois tem mais de 70 anos e as penas para ele já prescreveram.

"Com efeito, há indícios de autoria e materialidade, os quais decorrem dos inúmeros documentos, depoimentos, laudos periciais e análises de contratos pela CGU e pelo TCU, compostos por mais de 1.600 páginas e aproximadamente 25 (vinte e cinco) caixas de documentos", diz em seu despacho a juíza da 35.ª Vara Criminal do Rio, Daniella Alvarez Prado. A denúncia do Ministério Público aponta desvios de R\$ 54,9 milhões em dois contratos de termelétricas (em Campos dos Goytacazes e em São Gonçalo, no Rio) entre 2000 e 2004.

A decisão é de 22 de fevereiro, quatro meses após o caso ser arquivado, em 22 de setembro de 2016, a pedido do promotor Rubem Viana, da 24.ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal da 1.ª Central de Inquéritos do Ministério Público do Rio. A reviravolta ocorreu em 6 de dezembro quando, diante do volume de documentos da investigação, a magistrada entendeu que "por se tratar de matéria de imensa complexidade", o caso deveria ser remetido ao procurador-geral de Justiça do Rio para "apreciar os fatos e se manifestar sobre "propositura de ação penal".

O procurador-geral de Justiça do Rio, José Eduardo Ciotola Gussem, ratificou no mês passado a denúncia apresentada ainda em 2012 e a juíza abriu a ação penal. Dos 11 acusados formalmente na peça original, três tiveram suas penas prescritas – incluindo Dimas Toledo – por terem mais de 70 anos e um deles, o empresário dono da empresa Bauruense Airton Daré, já morreu. As investigações em primeira instância se arrastavam desde 2005. Após inquérito da Polícia Federal, o Ministério Público Federal no Rio apresentou denúncia em 2012. A Justiça Federal, porém, entendeu que o caso deveria ser remetido para a Justiça Estadual.

Lá, o caso voltou para a fase de inquérito e foi remetido para a Polícia Civil concluir a investigação. Na Delegacia Fazendária, o inquérito durou quatro anos e foi concluído somente em março de 2016. Em setembro de 2016, a investigação foi remetida para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por ela possuir autoridades com prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal. Defesas.

A assessoria de Jefferson disse que ele "recebeu com surpresa e estranheza" a decisão de abertura do processo e que só vai se posicionar "após ter conhecimento do seu inteiro teor". O advogado Rogério Marcolini, que defende Dimas Toledo, disse que o ex-diretor de Furnas continua interessado no esclarecimento dos fatos. "A própria circunstância de a denúncia ter sido ratificada três meses depois de arquivado o inquérito evidencia o componente político – e não jurídico – que sempre pautou a investigação nesses últimos 10 anos", afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: TPG faz oferta de R\$ 1 bi para ficar com ativos da Abengoa

Aquisição. Em recuperação judicial na Europa e no Brasil, grupo espanhol do setor elétrico paralisou vários projetos no País, entre eles as linhas de transmissão de Belo Monte; consórcio entre fundo do banco BTG e Equatorial Energia também disputa os ativos

A divisão de infraestrutura do fundo americano TPG (Texas Pacific Group) apresentou proposta de cerca de R\$ 1 bilhão para comprar os ativos da Abengoa no Brasil, apurou o 'Estado'. O grupo espanhol, que atua no setor elétrico, entrou em recuperação judicial no Brasil em janeiro do ano passado, dois meses depois de a matriz fazer o pedido na Justiça europeia.

Por aqui, a medida paralisou vários projetos, entre eles a linha de transmissão que levará energia da Hidrelétrica Belo Monte ao Nordeste. Em situação difícil e uma dívida de cerca de R\$ 3 bilhões, a espanhola atraiu diversos interessados em seus ativos nos últimos meses. Entre eles, a chinesa State Grid, a canadense Brookfield e um consórcio formado entre um fundo de infraestrutura do banco BTG com a empresa de energia Equatorial.

O Estado apurou que TPG e BTG/Equatorial estão entre os principais candidatos aos negócios da Abengoa no Brasil, já que os outros concorrentes não teriam mais intenção de ficar com os ativos. O TPG, que fechou seu escritório no Brasil no fim do ano passado, criou um fundo de infraestrutura – baseado em Pequim e em

Hong Kong – para atuar em países emergentes. Uma das apostas é investir em negócios de energia elétrica, como os ativos da Abengoa, afirmou uma fonte.

A gestora está sendo assessorada pelo Banco Modal no País. Procurados, TPG e Modal não se manifestaram. O interesse do fundo na espanhola refere-se aos ativos de energia em operação, que estariam avaliados em cerca de R\$ 1 bilhão. Os projetos greenfield – que ainda não saíram do papel – estão fora do radar grupo. A proposta do TPG foi apresentada no dia 24 de fevereiro e está em avaliação pela G5 Evercore, que representa os credores da Abengoa.

No ano passado, o fundo do BTG e o Equatorial fizeram uma proposta semelhante à do TPG. O consórcio ofereceu cerca de R\$ 1 bilhão por nove concessões de linhas de transmissão da Abengoa, sendo R\$ 724,7 milhões relacionados a dívidas que a companhia acumula no País. O BTG é um dos principais credores da Abengoa. A G5 não comentou.

Cronograma. A G5 vai analisar e apresentar as duas propostas aos credores. Uma decisão deverá ser tomada no fim de março. Para o governo, a venda dos ativos da Abengoa resolve uma série de problemas. “Seria uma solução muito bem-vinda”, afirmou o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. Segundo ele, se o negócio for concretizado e obedecer os critérios estabelecidos, a agência reguladora suspende o processo de caducidade aberto contra a Abengoa e que retoma as concessões para uma nova licitação.

Rufino explica que a única variável do contrato que poderá ser repactuada é o cronograma de obras. “Afim, se tivermos de fazer um novo leilão, os prazos também serão mudados.” O executivo, que tem acompanhado de perto as negociações em torno da Abengoa, já foi informado da proposta do TPG. Segundo ele, apenas dois projetos já iniciados estariam na lista de ativos de interesse do fundo, além das linhas em operação.

Dentro da carteira de projetos da Abengoa está o chamado “linhão pré-Belo Monte”, empreendimento de 1.854 km de extensão, estimado em R\$ 1,3 bilhão. Esse projeto deveria ter sido concluído em fevereiro do ano passado, mas hoje está paralisado. Procurada, a Abengoa não respondeu.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil / Colunas

Autor: Deu no Correio

Título: Mais rejeitos no Xingu que em Mariana

O projeto de mineração de ouro que a empresa canadense Belo Sun pretende operar nas bordas da barragem de Belo Monte, hidrelétrica em construção no Rio

Xingu, no Pará, vai produzir um volume de rejeitos superior àquele que vazou no rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Em novembro de 2015, o vazamento de 32 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro foi a maior catástrofe ambiental do País. O projeto da Belo Sun, previsto para extrair 4,6 kg anuais de ouro, a uma distância entre 10 e 15 quilômetros do lago da hidrelétrica, prevê o acúmulo de até 35,43 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Os estudos ambientais para o empreendimento classificam como de “alto risco” a possibilidade de “rompimento da barragem de rejeitos”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Demanda por petróleo

O consumo de petróleo continuará a crescer, apesar de legislações mais rigorosas sobre as emissões de poluentes, segundo relatório da Agência Internacional de Energia. Para a agência, a demanda subirá da média atual de 96,6 milhões de barris/dia para 104 milhões de barris/dia até 2022.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Plataformas para Libra

A Petrobras prevê contar com todas as plataformas destinadas ao campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, concluídas para iniciar a produção dentro do prazo estimado inicialmente, afirmou ontem o presidente da companhia, Pedro Parente. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ainda está avaliando o pedido de isenção de cumprimento de conteúdo local (waiver) para a primeira plataforma destinada ao campo gigante, cujo início de produção está previsto para 2020. "Acredito que teremos todos os FPSOs [sigla em inglês para plataforma flutuante de produção e armazenamento de petróleo e gás natural] no prazo para a produção", disse o executivo a jornalistas, após ser questionado sobre eventual atraso na entrega de FPSOs de Libra, devido às discussões em andamento sobre o cumprimento de conteúdo local dessas unidades, durante evento do setor petrolífero, em Houston, nos Estados Unidos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro****Título: Acordo sobre caixa da Musa trouxe conforto financeiro para Usiminas**

Depois de fechar acordo com sua sócia japonesa Sumitomo Corp. para liberar R\$ 1 bilhão do caixa da Mineradora Usiminas (Musa), a direção da Usiminas considera que a situação financeira da empresa "fica numa posição mais confortável" para atravessar o momento de crise do país e do setor. Assim, R\$ 700 milhões vão direto para o caixa da siderúrgica, sem os custos normais que existiriam se tivesse de recorrer a um empréstimo. Os outros R\$ 300 milhões irão para a Sumitomo, dona de 30% do capital da Musa, um joint venture para explorar minério de ferro formada em 2010.

O presidente da Usiminas, Rômelo de Souza, disse ao Valor que o acordo atendeu ainda um ponto - importante -, negociado no plano de reestruturação da dívida da empresa com seus credores financeiros em 2016. O recebimento desse valor era uma condição e a siderúrgica tinha até o fim de junho para conseguir esses recursos. Se não, quebraria um "covenant" (cláusula de restrição financeira) do plano de reperfilamento, o que provocaria vencimento antecipado das obrigações. Pelo acordo com quatro bancos brasileiros e quatro do Japão, a Usiminas ganhou três anos de carência, a partir de setembro de 2016, e mais cinco para pagar sua dívida, que era de R\$ 6,3 bilhões. "Vamos manter o foco em nossa estratégia, iniciada há mais de um ano. Primeiro, com a reestruturação operacional [fechamento de operações deficitárias na queda de demanda]; segundo, com o plano de reestruturação da dívida [incluindo injeção de capital dos acionistas]", afirmou. "Seguiremos buscando um melhor mix de vendas, nichos de mercados mais nobres, alienação de ativos não estratégicos e a redução de capital de giro para melhorar a geração de resultado", destacou o executivo. Para costurar o acordo, Souza esteve no Japão no fim de fevereiro. Em Tóquio, negociou diretamente com o alto comando da divisão de mineração da Sumitomo e, conforme relatou, demonstrou aos sócios que a Usiminas teve uma evolução expressiva nos últimos 12 meses, tanto em sua reorganização financeira quanto em seus resultados. "Foi um processo de convencimento consistente que mudou a percepção inicial da Sumitomo", afirmou. Em janeiro, em assembleia geral extraordinária da Musa para discutir o tema, o grupo japonês havia negado a redução de capital. Em seguida, a direção da Usiminas decidiu entrar com um processo de arbitragem contra a sócia. A liberação dos recursos tem de aguardar 60 dias, prazo em que um grande credor da Musa pode se declarar ameaçado com a redução de capital da mineradora e pedir antecipação de pagamento. A Musa, todavia, "não tem nenhum credor nessa condição", disse Souza. Analistas de bancos pontuaram como positivo o acordo firmado entre as sócias da Musa. As ações ordinárias tiveram alta de 1,6%; já as preferenciais, recuo de 1,35%. Em

nota, a Ternium - acionista controladora ao lado da Nippon Steel & Sumitomo - informou que o acerto "é uma conquista relevante para a Usiminas e para preservação do acordo firmado com bancos sobre a renegociação da dívida da companhia". E que foi fundamental empenho do conselho administrativo, que pediu que a diretoria entrasse com ação de arbitragem contra a Sumitomo Corp.

MME / ASCOM .